

# **Adiar a implantação do ponto eletrônico na UnB para formentar o debate junto a comunidade**

A implantação do ponto eletrônico na UnB obedece a lógica vigente na iniciativa privada de eficiência voltada para o lucro. O discurso oficial é que traria eficiência e transparência à administração pública. No entanto a real intenção do governo e do MPOG é minar a possibilidade de nossa categoria gerar mobilizações em defesa de suas conquistas e contra os ataques que se anunciam: reforma da previdência, arrocho salarial e a destruição da nossa carreira. Querem nos amedrontar levantando a ameaça do corte de ponto.

Enganam-se os colegas servidores que acreditam que o ponto eletrônico teria a capacidade de estimular, entre colegas menos assíduos e esforçados, maior dedicação ao trabalho. O ponto eletrônico ao contrário, estimula a ineficiência laboral, pois cria um fato material sobre a assiduidade e nada diz sobre a eficiência e dedicação à instituição.

Reafirmamos a posição do SINTFUB: somos contra a implantação do ponto eletrônico. A UnB carrega peculiaridades que fogem à lógica produtivista do sistema privado e em muito difere das demais instituições do Estado. Uma infinidade de atividades de campo são realizadas pelas diversas áreas do conhecimento, com variados graus de complexidade e especificidades, por dezenas de profissionais que compõem o quadro de servidores da UnB, que funciona praticamente 24h. Reduzir toda essa variedade de atividades aos horários padrões existentes nas demais repartições públicas irá trazer graves prejuízos às atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão).

A comunidade universitária deve participar do debate quanto à viabilidade da implantação do ponto eletrônico e deve ter o direito de decidir sobre a melhor forma de se autogerir com base na autonomia universitária assegurada pelo Art. 207 da Constituição Federal: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

A Reitoria desrespeita a pluralidade da instituição ao empurrar sobre os servidores a implementação do ponto eletrônico. Os trâmites democráticos não foram novamente respeitados, como no caso do aumento do RU e das demissões em massa de terceirizados. O adiamento da implantação do ponto eletrônico, assumido em nota pelo DGP revela o grau de complexidade da questão. Muitos servidores ainda não se cadastraram no SIGRH. Não por má vontade, mas porque ainda existem àqueles que não tem facilidade no trato com a internet.

Mantemo-nos firmes no nosso entendimento, votado na Assembleia geral ocorrida no dia 20 de março: que a Reitoria adie a implementação do ponto eletrônico em 90 dias e que nesse período a comunidade universitária seja chamada à construção de um diálogo, com a devida participação do SINTFUB, mirando ao exercício democrático da gestão interna da Universidade.

Convidamos a todos os servidores a comparecerem a Assembleia Geral convocada para esta quarta-feira, dia 3 de abril na Praça Chico Mendes a partir das 9hs para debater e votar os encaminhamentos sobre o ponto eletrônico.